



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

PROCURADORIA GERAL



PARECER JURÍDICO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 01/2022 - Altera o artigo 1º da Lei Complementar nº 141, de 25 de outubro de 2091, e altera a redação das alíneas “a”, “b” e “c”, no inciso I, do art. 15, da Lei Complementar nº 07 de 23 de Dezembro de 2003, que “Institui o Código de Parcelamento do Solo no Município de Iturama e dá outras providências”.

I – RELATÓRIO

De autoria do Poder Executivo, em análise por esta Procuradoria Geral, visa, em apertada síntese, alterar as medidas mínimas para edificação de ruas e calçadas passando a estabelecer as medidas de 11 (onze) metros totais, sendo 07 (sete) metros de largura para as ruas e 2 (dois) metros de cada lado para as calçadas.

Ainda acresce ressalva a disposições sobre dimensões de rua aos novos loteamentos incluindo a alínea “c” no inciso I, do Art. 15, da Lei Complementar nº 07, de 23 de dezembro de 2.003, que “institui o Código de Parcelamento do Solo no Município de Iturama”, para acrescentar hipótese de loteamentos populares para fins habitacionais e loteamentos situadas em Zona Urbana Isolada.

Assim, é público e notório que sem dúvida a matéria é de interesse público da administração de nosso Município, em especial permitindo aos Senhores Edis desta Casa de Leis uma análise profunda, onde vai ficar evidenciando grande importância à municipalidade.

Este é o breve resumo.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Quanto à competência dos Municípios, prevista no art.30, da Constituição Federal de 1.988, resta esclarecer que lhes são asseguradas as prerrogativas de editar normas sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual, para melhor atender às suas peculiaridades, no que tange na área Municipal, conforme consta dos incisos XXII e XXIII do art. 16 da Lei Orgânica Municipal. Transcrevemos:

Art. 16. Compete ao Município privativamente:

XXII – legislar sobre assuntos de interesse local;

XXIII – suplementar, no que couber, a legislação estadual e a federal;

A proposição não apresenta vício de iniciativa, pois não se trata de matéria elencada como de competência exclusiva do Poder Legislativo.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

PROCURADORIA GERAL



LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

Art. 51. É da competência exclusiva da Mesa da Câmara a iniciativa das leis que disponham:

I – autorização para abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara;

II – organização dos serviços administrativos da Câmara, criação, transformação ou extinção dos seus cargos, empregos e funções e fixação da respectiva remuneração;

Ainda, a Lei Orgânica reserva a matéria a Lei Complementar, reproduzo:

Art. 49. As leis complementares somente serão aprovadas se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal, observados os demais termos de votação das leis ordinárias.

§ Único. Serão leis complementares, dentre outras previstas nesta Lei Orgânica:

(...)

III – Código de posturas;

(...)

IX – normas Urbanísticas de Uso e Ocupação do Solo;

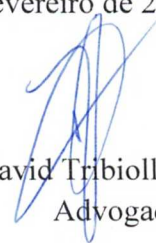
E, por fim, vale informar que o projeto de lei em questão tem que se submeter ao “quórum” de **MAIORIA ABSOLUTA** dos senhores vereadores para respectiva aprovação, nos termos do artigo 49 da Lei Orgânica Municipal.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, OPINO pela juridicidade do projeto de lei complementar em comento.

O parecer não vincula as comissões permanentes nem reflete o pensamento dos vereadores, que deverão apreciar o presente Projeto de Lei Complementar.

Iturama – MG, 02 de fevereiro de 2022.


David Tribiolli Corrêa
Advogado